



GT 81. Dimensões políticas da Antropologia do Esporte: legados dos estudos de Simoni Lahud Guedes

Coordenador(es):

José Ronaldo Mendonça Fassheber (UNESPAR - Universidade Estadual do Paraná)

Em 1977 Simoni Lahud Guedes defende sua dissertação de mestrado no Museu Nacional (UFRJ) intitulada “Futebol Brasileiro: instituição zero”. Tal pesquisa inaugura, na Antropologia, os estudos sobre futebol e prenuncia, evidentemente, um inédito campo de Antropologia do Esporte no país. Apesar do trabalho citado não ter sido publicado na íntegra, direta ou indiretamente influenciou, em anos subsequentes, professoras/es e pesquisadoras/es, que se lançaram em pesquisas sobre o futebol e seus elementos constitutivos e sobre problemáticas desta nova subárea de conhecimento. A partir deste cenário instituído e da importância crescente que ganha o esporte enquanto objeto de análise na atualidade, o objetivo deste GT é resgatar o legado de uma produção antropológica sobre esportes, que possa dar conta da envergadura e da importância dos trabalhos de pesquisa desenvolvidos em âmbito regional/nacional (e também em comparação com América Latina) nas temáticas discutidas na produção acadêmica da Simoni Guedes, nos últimos 40 anos: antropologia do corpo, futebol e identidade nacional, dimensões sociais e políticas do esporte, situações de conflito entre torcedores de futebol, socialização e profissionalização via esportes, políticas públicas esportivas no Brasil e/ou na América Latina, e estudos antropológicos de práticas esportivas. Para tanto, o GT aceitará pesquisas concluídas ou em andamento, de mestrado, doutorado ou pós-doutorado vinculadas de alguma maneira a tais temáticas.

Futebol de mulheres no Rio de Janeiro. Corpo e mídia (1970 a 1986)

Autoria: Leda Maria da Costa (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Nos anos de 1970 e 1980, é notável um movimento de apoio ao futebol feminino, o que se relaciona diretamente a diversas outras reivindicações por maior igualdade de tratamento entre homens e mulheres. É possível levantarmos a hipótese de que a atenção dada ao futebol feminino possui relação com as reivindicações de maior liberdade para a mulher decidir sobre o que fazer com o próprio corpo. Liberdade que muitas vezes mostrava um caráter ambíguo, pois que calcadas ainda em padrões normativos de performance de gênero da mulher no qual sexualidade e corporeidade precisavam estar em perfeita harmonia. No Brasil, na metade dos anos de 1970 e início dos de 1980 é destaque na produção jornalística e da propaganda o incentivo aos exercícios físicos combinado com o discurso que criticava os males provocados pela vida urbana. No Brasil, a publicidade e a ciência fundamentaram a relação direta entre autoestima da mulher e a responsabilidade dos cuidados sobre o próprio corpo. A imprensa conselheira apregoava a importância de se frequentar academias, assim como andar bicicletas ao ar livre, frequentar as praias e outros espaços de lazer em que o corpo pudesse ser colocado em movimento. Sem deixar de lado as ambiguidades, nas páginas de importantes jornais, delineia-se e defende-se a ideia de que o futebol estava deixando de ser um jogo exclusivamente dos homens. Esses jornais fizeram do futebol das mulheres tema da moda, estímulo para debates e polêmicas que também precisam ser vistos sob a ótica do uso de recursos que dramatizam a notícia visando a captação de público leitor. É importante lembrar que, especialmente nos anos de 1980, o futebol de areia e clubes como o Radar, do Rio de Janeiro, vinculavam-se às ideias de beleza, juventude que, por sua vez, atraíam famosas marcas que ofereciam patrocínio e ajudavam a organizar campeonatos. Os jornais fizeram desse fenômeno notícia para ser vendida. A circulação de notícias a respeito do futebol praticado por mulheres dentro e fora do Brasil foi importante para a popularização e legalização da modalidade, fenômenos que tiveram o Rio de Janeiro como cenário importante, especialmente, as areias e o



bairro de Copacabana e sua imagem esportiva, multicultural e libertária.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: